



PREFEITURA  
MUNICIPAL  
DE MARABÁ

**PARECER Nº/2020-PROGEM.**

**REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 929/2020-PMM- ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020-CEL/SEVOP/PMM.**

**REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.**

**OBJETO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2019-CPL/PMM, PROCESSO Nº 548/2019-PMM, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 001/2019-CPL/PMM- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (TIPO CAMINHONETE), DESTINADO A SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.**

Incumbiu-nos a análise do Processo encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração/Secretaria Municipal de Agricultura, cujo objeto é Adesão a Ata de Registro de Preços nº 067/2019- CPL/PMM, Processo nº 548/2019-PMM, referente ao pregão presencial (SRP) nº 001/2019-CPL/PMM- contratação de empresa para locação de veículos (tipo caminhonete), destinado a suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura.

O Processo vem acompanhado de diversos documentos, destacamos: Ofício nº 0095/2019-SEAGRI; Ofício nº 0096/2019-SEAGRI; Memorando nº 082/2019; Ofício nº 030/2020-SEAGRI; Solicitação de Despesa; Termos de Compromisso e Responsabilidade; Declaração Orçamentária; Cópia do Extrato da dotação orçamentária; Parecer Orçamentário; Justificativa; Termo de Autorização; Planilha de descrição do objeto; Orçamentos; Edital de Licitação, contratos e anexos; Adjudicação e Homologação; Ata de Registro de Preços; Publicação; Termo de Referência; Alteração contratual da empresa; documentos pessoais da parte a ser contratada; Certidão Positiva com Efeito Negativa de Débitos; Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Certificado de Regularidade do FGTS; Minuta do Contrato; Portaria nº 011/2017-GP; Portaria nº 013/2017-GP; Lei nº 17.761, de 20 de janeiro de 2017; Lei nº 17.767, de 14 de março de 2017; Portaria nº 1582/2019-GP; Confirmações de autenticidade das certidões; Planilha CMEP; Certidão Negativa de Natureza Tributária;



Certidão Negativa de Natureza Não Tributária; Relatório de Comprovante de Encaminhamento; Memorando nº 032/2020-CEL/SEVOP/PMM.

### **É o relatório. Passo ao parecer.**

O Sistema de Registro de Preço é um procedimento que viabiliza diversas contratações de compras, esporádicas ou sucessivas, sem a necessidade de realizar um novo processo licitatório para cada aquisição, reduzindo assim, os processos de licitação e claro, também otimizando tempo e investimentos.

Nessa perspectiva, formado o cadastro de fornecedores e produtos, com a relação das empresas, acompanhada da especificação dos produtos que elas poderão fornecer, os órgãos e entidades não participantes do sistema de registro de preços poderão se valer das propostas apresentadas e constantes da ata de registro de preços para celebração de futuros contratos.

Por força da legislação vigente, Decreto nº 7.892/2013 alterado pelo Decreto nº 9.488/18 e Decreto Municipal nº 44/2018, admite-se que a ata de registro de preços, durante sua vigência, possa ser utilizada, por meio de adesão, por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, o denominado carona, desde que observados alguns requisitos.

O art. 22 do Decreto nº 7.982/2013 e o art. 22 do Decreto Municipal nº 44/2018, que regulamenta o sistema de registro de preços, preveem que os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, desde que devidamente justificada a vantagem, durante sua vigência, poderá consultar o órgão gerenciador da ata para anuência quanto à adesão.

Consta no item 12 da Ata de Registro de Preços nº 067/2019-CPL/PMM (doc. de fls. 70/71) que: "A Ata de Registro de preços, durante sua vigência, somente poderá ser utilizada por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e expressa autorização do Gerente da Ata e ainda, com a anuência do Presidente da SSAM, nos termos do Decreto Municipal nº 44/2018.



PREFEITURA  
MUNICIPAL  
DE MARABÁ

A Ata de Registro de Preços nº 067/2019-CPL/PMM se encontram em vigência, verifica-se ainda autorização do órgão gerenciador através do Ofício nº 030/2020-SSAM (fl. 005), portanto, requisitos do art. 22, atendidos.

O Decreto Municipal nº 44/2018 também prevê a aceitação da adesão pela empresa contratada (art. 22, § 8º, III), o que na hipótese ocorreu mediante manifestação expressa da empresa, conforme documento de fl. 004 dos autos.

Em relação à vantajosidade para o Município, nos exatos termos do art. 22, *caput*, e, art. 22, § 8º, I, do Decreto Municipal nº 44/2018, se encontra justificada conforme consta dos autos (fls. 013), bem como demonstra a vantajosidade econômica obtida através da juntada de orçamentos.

Cumpra registrar, ainda, que os requisitos legais de habilitação, acerca de contratações administrativas por meio de adesão à Ata de Registro de Preços, não dispensam a futura contratada da comprovação de sua regularidade fiscal, o que foi observado no caso. Tendo sido anexado aos autos os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal da empresa. **Quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, cumpre destacar que se encontra vencido, assim devendo ser atualizado antes da assinatura do contrato.** Todas as certidões deverão ter sua autenticidade conferida pela Secretaria Municipal Administração.

Com a mudança promovida pelo novo decreto, o § 3º do art. 22 do decreto nº 7.892/13 foi alterado e prevê a redução do limite individual de 100% (cem por cento) para 50% (cinquenta por cento), que também se encontra previsto no art. 22, § 3º, do Decreto Municipal nº 44/2018, em uma análise preliminar verifica-se a concordância do cumprimento do percentual exigido pelo Decreto. Todos os pedidos deverão ser conferidos pelo Gerenciador da Ata ou setor responsável.

A minuta do contrato elenca o objeto; o prazo e vigência, que ficará adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário (art. 57, *caput*, da Lei nº 8.666/93); a origem dos recursos; o preço e pagamento; local de entrega; as sanções a serem aplicáveis quando for o caso; os direitos e responsabilidades das partes; a vinculação ao edital; as causas de rescisão e a eleição do foro. De acordo com o art. 55, da Lei nº 8.666/93.



**PREFEITURA  
MUNICIPAL  
DE MARABÁ**

Ante o exposto, **CUMPRIDA A RECOMENDAÇÃO, OPINO de forma FAVORÁVEL** ao prosseguimento do Processo encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração/Secretaria Municipal de Agricultura, cujo objeto é Adesão a Ata de Registro de Preços nº 067/2019- CPL/PMM, Processo nº 548/2019-PMM, referente ao pregão presencial (SRP) nº 001/2019-CPL/PMM- contratação de empresa para locação de veículos (tipo caminhonete), destinado a suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, observando-se as publicações necessárias no DOE, Portal do TCM, Portal da Transparência, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

É o parecer.

Marabá, 28 de janeiro de 2020.

**Quitéria Sá dos Santos**  
**Procuradora Geral do Município-Adjunta**  
**Portaria nº 1126/2018-GP**